

## **TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO TR</b>	
<b>Título e Código do Projeto</b>	<b>914BRZ1071 - Governança Corporativa: melhoria da qualidade da educação pública no Brasil a partir da revisão e da readequação de processos da gestão do FNDE.</b>
<b>Local(s) de Trabalho</b>	<i>Brasília - DF</i>
<b>Período do contrato:</b>	<i>7 meses</i>
<b>Número de vagas:</b>	<b>01 (uma)</b>
<b>Enquadramento no Prodoc</b>	1.5.1 Realizar diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação.

### **1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, aplicando ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Para tanto, a Lei nº 11.947/2009, de 16 de junho de 2009, determina que o governo federal repasse, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O reconhecimento do PNAE enquanto uma política pública de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN no Brasil tem relação com o fato de essa política ser um instrumento de garantia ao acesso a alimentos saudáveis, com qualidade nutricional e higiênico-sanitária, adequados aos hábitos alimentares locais, à cultura alimentar e à produção local de alimentos. Ademais, a Lei nº 11.947/2009 descreve seis diretrizes que guiam a execução do PNAE: (I) o emprego da alimentação saudável e adequada; (II) a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; (III) a universalidade do atendimento aos alunos da rede pública de educação básica; (IV) a participação da comunidade no controle social; (V) o apoio ao desenvolvimento sustentável; e (VI) o direito à alimentação escolar.

O PNAE oferece refeições para 100% dos estudantes matriculados na rede pública municipal e estadual de ensino, das modalidades de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, inclusive para alunos matriculados em escolas classificadas como indígenas e quilombolas, sendo que os que participam da educação integral recebem mais de uma refeição por dia, o que dá

um total de aproximadamente 50 milhões de refeições/dia.

Considerando que o Brasil possui um território de aproximadamente 8 milhões de Km quadrados, o monitoramento e a avaliação são um grande desafio para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, que é um órgão que está localizado fisicamente no Distrito Federal.

Para o monitoramento do PNAE o FNDE utiliza alguns sistemas informatizados que permitem o acompanhamento à distância, por meio de levantamento de dados, como por exemplo o Sistema de Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar – SIGPNAE, o Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SIGPC e o Sistema de Gestão Financeira e o Sistema de Gestão da Alimentação Escolar – SIGEF.

Ademais, apuramos todas as denúncias recebidas a respeito da má execução do programa, emitindo ofícios aos gestores das Entidades Executoras e solicitando esclarecimentos e aos Conselheiros de Alimentação Escolar, quanto às irregularidades apontadas.

Além disso, realizamos também monitoramentos “in loco” em municípios selecionados utilizando critérios objetivos, que indicam uma possível gestão positiva ou negativa do programa.

Critério 1: Entidades executoras que apresentem o maior número de subcritérios relativos à possível gestão positiva do PNAE.

Critério 2: Entidades Executoras que apresentem o maior número de subcritérios relativos à possível gestão negativa do PNAE.

Critério 3: Entidades Executoras que sejam Secretarias Estaduais de Educação, considerando a alta materialidade (volume de recursos repassados).

Critério 4: Demandas emergenciais, caso existam.

Somente em 2023, 408 Entidades Executoras (Sendo 22 Secretarias de Estado de Educação e 386 Prefeituras Municipais) tiveram sua execução monitorada e receberam assessoria técnica com vistas a aprimorar a operacionalização do PNAE, em parceria com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANES).

Além disso, ainda em 2023, a Coordenação de Monitoramento e Avaliação - COMAV realizou 5 Encontros virtuais, com o objetivo de capacitar os municípios vizinhos aos monitorados, e alcançou 161 Entidades e 522 atores do PNAE.

Dadas todas estas circunstâncias, justifica-se a contratação de consultoria específica para a realização de estudos e sistematização dos dados dos monitoramentos e das capacitações realizados pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição-CECANES, e pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PNAE – COMAV, nos

exercícios de 2018 a 2023, a fim de apoiar a equipe de gestão do PNAE no aprimoramento dos Monitoramento e da Avaliação do PNAE.

## **2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC**

a) Resultado 1.5:

Modelo de monitoramento de programas, projetos e ações, integrado aos diferentes níveis governamentais e atores sociais da educação, definido.

b) Enquadramento no PRODOC:

Atividade: 1.5.1 Realizar diagnóstico das práticas implementadas para monitoramento de programas, projetos e ações que impactam na qualidade da educação.

## **3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS**

Atividade 1: Participar de reuniões técnicas de alinhamento, com a equipe da Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PNAE – COMAV para pactuação das atividades a serem desenvolvidas e para obtenção dos dados que irão subsidiar a elaboração dos documentos técnicos da consultoria;

Atividade 2: Desenvolver material orientativo/informativo sobre os procedimentos necessário para a confecção dos Relatórios de Monitoramento no Aplicativo PNAE Monitora.

Atividade 3: Levantar, examinar e sistematizar os dados dos monitoramentos realizados pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição-CECANES, e pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PNAE – COMAV, nos exercícios de 2018 a 2023, utilizando o Aplicativo PNAE Monitora.

Atividade 4: Realizar uma análise crítica sobre os relatórios entregues pelos CECANES e listar os não entregues, propondo ações para minimizar o número de monitoramentos pendentes de conclusão no Aplicativo PNAE Monitora, referentes aos exercícios de 2018 a 2023.

Atividade 5: Consolidar e realizar uma análise crítica sobre todos os Relatórios de Monitoramento emitidos pelo Aplicativo PNAE Monitora e inseridos no Sistema de Gestão de prestação de Contas – SIGPC para subsidiar a análise das prestações de contas, dos exercícios de 2021 a 2023.

Atividade 6: Realizar levantamento das Entidades Executoras Notificadas em razão da emissão dos Relatórios de Monitoramentos pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição – CECANES, dos exercícios de 2021 a 2023, e propor medidas para minimizar a discrepância entre o número de EEx notificadas e o número de Relatórios Concluídos.

Atividade 7: Notificar as EEx monitoradas pelos CECANES, nos exercícios de 2021 a 2023, cujos Relatórios ainda não foram inseridos no Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SIGPC.

Atividade 8: Inserir no Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SIGPC, os Relatórios dos Monitoramentos Realizados pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição – CECANES, cujas Entidades Executoras foram notificadas pelo FNDE.

Atividade 9: Levantar, examinar e sistematizar os dados das capacitações realizados pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição-CECANES, e pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PNAE – COMAV, nos exercícios de 2018 a 2023, em razão dos monitoramentos da execução do PNAE.

Atividade 10: Definir os melhores métodos e instrumentos a serem utilizados, considerando a disponibilidade de dados

Atividade 11: Apresentar para as áreas gestoras.

#### 4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

##### Perfil : Consultor – Descritivo da vaga

Parcela/Descritivo	Data para Entrega
<b>Documento Técnico “A”</b> contendo orientações sobre os procedimentos necessário para a confecção dos Relatórios de Monitoramento no Aplicativo PNAE Monitora.	45 Dias
<b>Documento Técnico “B”</b> contendo a sistematização dos dados dos monitoramentos realizados pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição-CECANES, e pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PNAE – COMAV, nos exercícios de 2018 a 2023, utilizando o Aplicativo PNAE Monitora.	75 dias
<b>Documento Técnico “C”</b> contendo a sistematização e a análise crítica sobre os relatórios concluídos pelos CECANES, no PNAE Monitora, referentes aos exercícios de 2018 a 2023.	100 Dias
<b>Documento Técnico “D”</b> contendo a sistematização dos relatórios de monitoramento não enviados pelos CECANES, por meio do PNAE Monitora, e a proposição de ações para minimizar o número de relatórios pendentes, referentes aos exercícios de 2018 a 2023.	130 Dias
<b>Documento Técnico “E”</b> contemplando levantamento das Entidades Executoras Notificadas em razão da emissão dos Relatórios de Monitoramento pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição – CECANES, dos exercícios de 2021 a 2023, além de um comparativo em relação ao número de Relatórios concluídos, e propor medidas para minimizar a discrepância entre ambos.	155 Dias
<b>Documento Técnico “F”</b> . contendo a consolidação e uma análise crítica sobre todos os Relatórios de Monitoramento emitidos pelo Aplicativo PNAE Monitora e inseridos no Sistema de Gestão de prestação de Contas – SIGPC para subsidiar a análise das prestações de contas, dos exercícios de 2021 a 2023.	180 Dias
<b>Documento Técnico “G”</b> contendo o levantamento e a sistematização dos dados das capacitações realizados pelos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição-CECANES, e pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação do PNAE – COMAV, nos exercícios de 2018 a 2023, em razão dos monitoramentos da execução do PNAE.	210 Dias

\* o número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

## 5 - INSUMOS

Serão fornecidos a infraestrutura e o apoio técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- a) Passagens e diárias quando necessárias à realização dos produtos previstos;
- b) Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias à discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- c) Apoio da equipe técnica do FNDE discussão e orientação do projeto, leitura e revisão de documentos, críticas e sugestões;
- d) Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

## 6 - REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

Os participantes que não apresentarem os requisitos obrigatórios de qualificação não serão considerados para o processo de avaliação.

### 6.1 Obrigatórios:

- a. **Formação Acadêmica:** - graduação em qualquer área, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC)
- b. **Experiência profissional comprovada:** 2 (dois) anos de experiência comprovada em Gestão de Projetos, políticas públicas e/ou controle social.

### 6.2 Desejáveis:

**Qualificação desejável –**

- a) Especialização em área de técnica gestão pública, política pública ou em Segurança Alimentar e Nutricional.
- b) Participação em cursos de:
  - i. Programa Nacional de Alimentação Escolar;
  - ii. Monitoramento e Avaliação;
  - iii. Políticas Públicas;

Experiência com atividades de Licitação e contratos.

- c) Habilidades e competências:
  - i. Habilidade e desenvoltura na articulação de ideias/conhecimentos, clareza na exposição de assuntos e argumentos e capacidade de raciocínio lógico (verificada na entrevista);
  - ii. O candidato deverá apresentar conhecimento técnico dos recursos e

ferramentas disponíveis nos sistemas corporativos da Administração Pública Federal (verificado na entrevista).

- iii. Habilidade em coletar, gerenciar e relatar dados (verificada na entrevista).

## **7 - Processo seletivo**

**7.1** A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo,

3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

**7.2** O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

**7.3** A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos

deste edital.

**7.4** A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

### **7.4.1 PRIMEIRA ETAPA – Pontuação de Currículos – PC**

- a) o candidato deverá enviar o currículo conforme o padrão divulgado no site do FNDE e e-mail informado no edital;
- b) serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição;
- c) nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência;
- d) a pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;
- e) o total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato.  $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$ ;
- f) O candidato precisará obter, **no mínimo, 40 pontos nesta etapa** para ir para entrevistas.

### **7.4.2 SEGUNDA ETAPA – Pontuação de Entrevistas – PE**

- a) serão convocados para as entrevistas os candidatos com maior pontuação na primeira etapa
  - Análise de Currículos -, considerando no mínimo 03 (três) vezes o número de vagas para o perfil, salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas. As entrevistas presenciais serão realizadas em Brasília, no Edifício sede do FNDE, podendo ocorrer, ainda, por videoconferência ou telefone, a critério da Comissão de Seleção;
- b) poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;
- c) a pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;
- d) o total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida

pelo candidato: PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista);

- e) O candidato precisará obter, **no mínimo, 70 pontos nesta etapa**, somando PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

#### 7.4.3 TERCEIRA ETAPA

- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.
- d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

#### 8. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Qualificação e Experiência do Candidato			
		Descrição de qualificação e experiência	Critérios de pontuação
			Pontuação Máxima

1	Qualificação do candidato	É <u>obrigatório</u> curso superior graduação em qualquer área, reconhecido pelo Ministério da Educação, e desejável especialização em área de técnica gestão pública, política pública ou em Segurança Alimentar e Nutricional.	100%: 30 pontos: graduação em qualquer área e especialização em gestão pública, política pública ou segurança alimentar e nutricional pública 70%: 21 pontos – graduação em qualquer área.	30
2	Experiência do candidato	É <u>obrigatório</u> que possua experiência, comprovada de 2 (dois) anos em Gestão de Projetos, políticas públicas e/ou controle social.	100% 40 pontos: Mais de 2 anos de experiência  75%: 30 pontos: 2 anos de experiência	40
		É desejável elevado nível nos seguintes atributos: a) Fluência verbal e capacidade de raciocínio lógico; b) Expressar-se com objetividade e clareza; c) Domínio dos assuntos relativos à contratação, tais como: normativos do PNAE, Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional; d) Conhecimento para elaboração de pareceres, minutas de atos administrativos e demais funções pertinentes ao objeto do contrato;	Pontuação de zero a 30 a serem atribuídas por meio de entrevista realizada por comissão de seleção.	30



		e) Discrição, cordialidade, polidez, atenção e objetividade; f) Participação em cursos de: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Programa Nacional de Alimentação Escolar;</li> <li>ii. Monitoramento e Avaliação;</li> <li>iii. Políticas Públicas.</li> </ul> g) Experiência com atividades de Licitação e contratos; e h) Habilidades e competências: habilidade e desenvoltura na articulação de ideias/conhecimentos, clareza na exposição de assuntos e argumentos e capacidade de raciocínio lógico (verificada na entrevista); O candidato deverá apresentar conhecimento técnico dos recursos e ferramentas disponíveis nos sistemas corporativos da Administração Pública Federal (verificado na entrevista); e Habilidade em coletar, gerenciar e relatar dados (verificada na entrevista).	
<b>TOTAL DE PONTOS</b>			<b>100</b>

## 9. LOCAL DE TRABALHO:

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, sem a necessidade de estar presencialmente na Sede do FNDE. Os encontros presenciais poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadas, se darão por contado do próprio Consultor.

## 10. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail [CCOPI@fnde.gov.br](mailto:CCOPI@fnde.gov.br), observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;
- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta)

dias, contados a partir do seu recebimento.

## **11. DISPOSIÇÕES GERAIS**

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE/DIRAE), SBS, Bloco F, Ed. FNDE, 4º Andar, Brasília/DF, como Relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nestaa assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº5.151/2004;

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer

título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Brasília/DF, maio de 2024.

Karine Silva dos Santos  
Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar